

Ângela Silva*

Coalescência e Excentricidade da NUT III

Tâmega

As novas dinâmicas de desenvolvimento do mundo rural: aposta na *governância escolar democrática*

Resumo

Os conceitos de rural, ruralidade e territórios de baixa densidade têm motivado uma interessante discussão teórica, o que advém da pluralidade de áreas, das suas características endógenas e dos múltiplos olhares.

É consensual que o mundo rural, especialmente o português, vive um período de desafios e oportunidades. Desafios de mudança, oportunidades de aposta na multifuncionalidade e refuncionalização dos espaços, no reconhecimento e valorização de diversas formas de património material e imaterial.

Vários estudos no campo da acção da Geografia e instrumentos de planeamento territorial têm salientado um território marcado por múltiplas exclusões e claros handicaps para a sua superação, a NUT III Tâmega, uma verdadeira dorsal problema, marcada pela coalescência e excentricidade face à Área Metropolitana do Porto.

Independentemente ou concomitantemente com outras acções promotoras de desenvolvimento, a reorganização da rede escolar e a escola,

*.CEGOT; Ângela_madureira@hotmail.com

não só enquanto infra-estrutura de apoio mas também enquanto agente de desenvolvimento, pode ser um veículo potenciador de sustentabilidade, equidade e coesão, potenciado a igualdade de oportunidades e a valorização dos traços identitários dos territórios em perda.

Neste artigo, pretende-se problematizar estas dimensões do mundo rural, apresentando-se um estudo de caso que abrange o território dos municípios de Baião, Cinfães do Douro e Resende.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural; Rede Escolar; Governância Escolar Democrática

Abstract: The concept of rural, rurality and low density areas has motivated an interesting theoretical discussion, which comes from the diversity of areas, their endogenous characteristics and multiple looks.

It is agreed that the rural world, especially the Portuguese one, is going through a period of challenges and opportunities. Challenges of change, opportunities for investment in the multi-functionality and the re-functionalization of the spaces, and for the recognition and valorization of various forms of tangible and intangible heritage.

Several studies in the context of the Geography and the territorial planning instruments have highlighted an area marked by multiple exclusions and clear handicaps to overcome them, the NUT III Tâmega, a real dorsal problem, marked by the coalescence and eccentricity in the face of the Porto Metropolitan Area.

Independently or concurrently with other actions promoting development, the reorganization of the school network and the school, not only as a support infrastructure but also as a development stakeholder, emerges as a sustainability, equity and cohesion leverage vehicle, powering the equality of opportunities and the enhancement of identifying features of the territories in loss.

This article aims to discuss these dimensions of the countryside, presenting a case study in a specific area, the municipalities of Baião, Cinfães do Douro and Resende.

Keywords: Rural development; school network; democratic school governance

Discussão do conceito

A definição de rural motiva uma interessante discussão teórica, o que advém das múltiplas dimensões e fisionomias que lhe estão associadas, assim como da sua unidade e diversidade. Há muitos tipos de áreas que podem ser rurais.

Avaliar o grau de ruralidade dos territórios implica, com frequência, a construção de tipologias. Todavia, a inexistência de uma definição unívoca de rural despersuade a aposta nessa via metodológica e constitui um obstáculo à operacionalização do termo¹. Há, no entanto, quem aponte definições para o que é rural ou ruralidade. ABRAMOVAY² defende que ruralidade é um conceito de natureza territorial. O'FLANAGAN³ sustenta que o rural para alguns é um estado de espírito, um tipo de local caracterizado pelo predomínio de ocupações primárias. SIDÓNIO PARDAL⁴ refere que a ruralidade é compreendida em oposição e negação da cidade e se reporta aos ambientes bucólicos e tranquilos.

A definição de rural depende da escala de análise, do país e das especificidades históricas, culturais e naturais de cada área em concreto. Efectivamente, podemos ter um rural agrícola profundo, territorialmente excêntrico, por regra serrano, mas também um rural mesclado por processos de urbanização mais ou menos recentes, periurbano ou não.

Há uma colossal diversidade dos modos de abordar o rural, apesar de todos os países europeus terem uma história comum enraizada na terra, nas sociedades agrárias e uma história industrial relativamente semelhante, mesmo que desfasada no tempo.

Na Grã-Bretanha, o countryside é entendido quase como um espaço sem população, um parque paisagístico, um “museu verde”. Em França, onde o peso da economia camponesa perdurou até bastante tarde, o rural define-se mais pelos conteúdos imateriais, nomeadamente pela memória e identidade. Na Alemanha, deparamo-nos com duas tradições: agricultura camponesa e

1. VITORINO, Nuno; FEIO, Paulo A.; DIMAS, Bruno (2004)

2. ABRAMOVAY, Ricardo (2001)

3. O'FLANAGAN, Patrick (2002)

4. PARDAL, Sidónio (2002)

protecção do ambiente. Na Bélgica, o espaço rural é absorvido pela interacção entre o urbano-rural e, na Holanda, o rural tornou-se plurifuncional, respondendo desde muito cedo aos processos de modernização, enquanto que, na Europa do Sul, a ruralidade é tanto reflexo de uma longa tradição autárquica, como da diáspora ou duma industrialização tardia.

Mundo rural português – desafios e virtualidades

A problemática do mundo rural português exige ser pensada de forma multifactorial, resultado da história, cultura e práticas sociais. Os diferentes ritmos e modos de viver resultam em características distintas. No entanto, ideologicamente, o rural sempre esteve ligado à agricultura, estruturada numa matriz camponesa de raiz familiar.

Nos territórios rurais, o nosso recurso mais abundante⁵, coexistem factores de exclusão, desafios e virtualidades exploradas e potenciais. Dos primeiros salientam-se os elevados índices de envelhecimento, a fraca produtividade e competitividade, a desqualificação e desclassificação. É apresentado um desenvolvimento em mosaico, não existindo uma evolução gradual do todo mas das diferentes partes ou características que progridem independentemente e a diferentes velocidades.

Coalescência e excentricidade: Dorsal Problema Baixo Tâmega

Nos diagnósticos de planeamento territorial, a exemplo do PROT- Norte⁶, ou do Programa de Acção Intermunicipal de Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade 2007-2010 Tâmega⁷, assim como em estudos relativamente recentes, no campo de acção da Geografia, tem-se salientado um território heterogéneo e multifacetado, que se destaca por múltiplas exclusões. Na realidade, alguns dos concelhos pertencentes à NUT III Tâmega amalgamam-se,

5. COVAS, António (2002)

6. CCDRN (2009)

7. CEDRU (2008)

constituindo uma verdadeira dorsal problema⁸(figura 1). Concelhos de transição, ponte de passagem entre um litoral desenvolvido, com múltiplos factores de atractividade e contiguidade e um interior despovoado e praticamente olvidado. Se por um lado a área beneficia, sendo aglutinadora e polarizadora de actividades, serviços e modos de vida (municípios junto à A.M.P e mais enraizados no espaço sub-regional da mesma e no Arco Metropolitano do Noroeste de Portugal), por outro denota-se a típica ruralidade, as actividades, a cultura, tradições e indicadores de exclusão como a desqualificação, desemprego, dependência face à subsidiariedade (tabela 1), permeabilidade, fechamento e desclassificação, e consequentemente o fraco empreendedorismo e competitividade, assim como uma economia debilitada e extemporânea.

Trata-se do mais baixo PIB per capita do país, pouco mais de metade (54%, 2004) da média nacional, o que se repercute efectivamente em baixos índices de poder de compra (61,4% relativamente à média nacional, 2007).

Deparamo-nos ainda com um claro handicap para a superação destes problemas, na medida em que a grande maioria dos indicadores relativos à qualificação da população ou indicativos de exclusão social são aqui especialmente preocupantes.

As taxas de pré escolarização (70,8%, 2007) e do abandono escolar (6,20%, 2001) são mais negativas do que na Região Norte ou em Portugal, o que é perceptível na desqualificação do emprego, no peso do mesmo na indústria de média e alta tecnologia, assim como no peso do emprego nas TIC (apenas 0,4%), apresentando os valores mais baixos da NUT II Norte. Acresce a baixa qualificação escolar dos trabalhadores por conta de outrem, sendo que 74,6% (2007) detinha um nível igual ou inferior ao 3º ciclo do ensino básico, equivalendo a uma média de escolaridade de apenas 6,4 anos.

A estes constrangimentos soma-se o enquadramento geomorfológico pelos declives acentuados ou sistemas de socalcagem das terras de cultivo e um povoamento rural disperso que flui entre urbanidades difusas. Em 2001, foram registadas 37462 pessoas como população isolada, somente três aglomerados populacionais tinham mais de 10000 habitantes, perfazendo 36451 pessoas, residindo a maioria (405528) em núcleos de dimensão inferior a 2000 habitantes.⁹ (tabela 1)

8. MARQUES, H. (2009)

9. MARQUES e SILVA (2009)

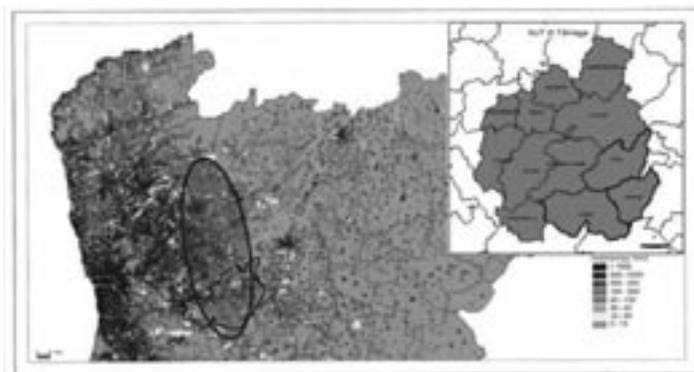


FIGURA 1 – DENSIDADE POPUCIONAL POR SUBSECÇÃO, EM 2001, NO NORTE DE PORTUGAL. DORSAL PROBLEMA BAIXO TÂMEGA.

Fonte: adaptado de Teresa Sá Marques, 2004

Indicadores de exclusão	Portugal	Região Norte	NUT III Tâmega	Baião	Cinfães	Resende
População isolada (N.º total)*	280.010	85.308	37.462	2.010	1.837	453
Beneficiários de subsídios de desemprego (Nº)	474.708	190.015	23.761	930	885	319
Pensões pagas pela segurança social (milhares de euros)	11.856.558	3.661.407	410.022	22.894	20.705	12.082

TABELA 1 – INDICADORES DE EXCLUSÃO NA NUT III TÂMEGA: BAIÃO, CINFÃES E RESENDE, EM 2001* E 2007

Fonte: adaptado de INE: Anuários Estatísticos Regionais, 2008; Recenseamento Geral da Habitação e da População, 2001

Marginalidade, exclusão, qualificação e desenvolvimento nos municípios de Baião, Cinfães e Resende

A leitura da paisagem, tipicamente observada como um verdadeiro anfiteatro sobre o Douro, é muito mais do que a soma das suas partes. Baião, Cinfães e Resende são três municípios com características diferenciadoras e igualmente unificadoras. Naturalmente, fisicamente e em termos de distribuição dos núcleos urbanos de pequena dimensão e aglomerados populacionais dispersos, os limites do mapa administrativo confundem-se e reorganizam-se no mapa mental, dando origem à já apelidada paisagem milenar Douro Verde¹⁰,

10. DOLMEN (Abril de 2009)

também constituída por Amarante, algumas freguesias ribeirinhas ao Tâmega de Penafiel, Celorico de Basto e Marco de Canaveses.

O enquadramento geográfico, a paisagem, os recursos endógenos, o património material e imaterial, herança, cultura e tradições, conferem a esta área susceptibilidades virtuais. Aqui existem três sítios protegidos, que se constituem como amenidades importantes para o turismo e preservação da paisagem (figura 2).



FIGURA 2 – SÍTIOS PROTEGIDOS NOS MUNICÍPIOS DE BAIÃO, CINFÃES E RESENDE
Fonte: ICNB - Elaboração própria

Os indicadores relativos à população são caracterizadores de um território marcado por perdas, que resultam de taxas de crescimento natural e saldo migratório negativas. Contrariamente ao que observamos na NUT III Tâmega, onde a população apresenta tendência para a estagnação (crescimento de 0,02%), comum à Região Norte, os municípios de Baião (-1,15%), Cinfães (-1,36%) e Resende (-0,80%) apresentam uma taxa de variação da população negativa, que se justifica essencialmente pela repulsividade do território e pelo retomar de grande número de movimentos migratórios, em procura de trabalho, agora sobretudo para Espanha.

Os índices de envelhecimento, dependência de idosos e longevidade, são todos superiores à média da NUT III Tâmega, aproximando-se mais da média nacional. A estrutura etária da população segue a tendência nacional, da Região Norte e da NUT III Tâmega, embora se observem valores mais elevados de população com 65 ou mais anos (tabela 2).

Indicadores de população por município 2007	Portugal	Região Norte	NUT III Tâmega	Baião	Cinfães	Resende
População Residente (total)	10.617.575	3.745.236	560.672	20.911	20.494	11.681
0-14 anos (%)	15,34	15,83	18,31	16,26	15,42	15,03
15-24 anos (%)	11,64	12,56	14,09	13,90	13,32	13,87
25-64 anos (%)	55,60	56,34	55,10	52,91	53,17	50,65
65 e mais anos (%)	17,42	15,26	12,49	16,91	18,09	20,44
Densidade populacional (Hab./Km2)	115,3	178,0	214,0	119,8	85,6	94,7
Taxa de crescimento efectivo (%)	0,17	0,02	0,02	-1,15	-1,36	-0,80
Taxa de crescimento natural (%)	-0,01	0,07	0,27	-0,19	-0,15	-0,26
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,18	-0,04	-0,25	-0,96	-1,21	-0,54
Índice de envelhecimento (N°)	113,6	95,4	68,2	103,9	117,3	136,0
Índice de dependência de idosos (N°)	25,9	22,1	18,1	25,3	27,2	31,7
Índice de longevidade (N°)	45,7	45,0	44,4	49,8	50,0	51,0

TABELA 2 – INDICADORES RELATIVOS À POPULAÇÃO POR MUNICÍPIO, EM 2007.

Fonte: adaptado de INE: Anuários Estatísticos Regionais, 2008; Recenseamento Geral da Habitação e da População, 2001

Estas perdas populacionais são consequências da falta de oportunidades, de emprego e procura da melhoria da qualidade de vida. Em Dezembro de 2009¹¹, o desemprego, nos municípios de Baião, Cinfães e Resende, atingia valores muito elevados. Com efeito, em Baião 1769 pessoas encontravam-se à procura de emprego, em Cinfães 1270 e em Resende 577.

11. Instituto de Emprego e Formação Profissional (2009)

Em relação à população empregue, observamos um predomínio dos sectores secundário e terciário, sendo de salientar, comparativamente à média da NUT III Tâmega e da Região Norte, os valores do sector primário, especialmente em Cinfães (17,8%) e em Resende (26,1%) (tabela 3).

Os indicadores do mercado de trabalho apontam para um predomínio de actividades pouco qualificadas. Em 2001, no total da população empregada nos municípios de Baião, Cinfães e Resende, o grupo mais representado (36%) é o dos “operários, artífices e trabalhadores similares”, seguido pelos “trabalhadores não qualificados” (15%) e as actividades ligadas à agricultura (15%) (gráfico 1).



GRÁFICO 1 – POPULAÇÃO EMPREGADA, NOS MUNICÍPIOS DE BAIÃO, CINFÃES E RESENDE, SEGUNDO A PROFISSÃO, EM 2001

Outro indicador que atesta a pouca qualificação dos trabalhadores por conta de outrém prende-se com as suas habilitações. Constatamos que predominam os trabalhadores apenas com o 1º ou 2º CEB, em percentagens que oscilam entre os 54,78% de Resende e os 73,29% de Cinfães, registando-se, ao invés, uma fraca incidência de trabalhadores com habilitação de nível superior.

Através da análise dos indicadores de educação e qualificação, verificamos que a NUT III Tâmega se caracteriza por taxas de analfabetismo e abandono escolar superiores à Região Norte e à média nacional, o que se constitui como um claro handicap ao desenvolvimento. Estes problemas agravam-se particularmente nos três municípios em estudo, com valores na taxa de analfabetismo muito superiores (atingindo mesmo os 21,18% em Resende) e taxas de retenção ou desistência no ensino básico superiores a 10% (tabela 4).

Mercado de trabalho	Portugal	Região Norte	NUT III Tâmega	Baião	Cinfães	Resende
Ganho médio mensal (€)	934,0	805,7	632,1	641,1	673,9	604,6
Taxa de desemprego (%)*	4,90	6,60	5,10	10,20	10	8,20
População empregue no sector primário (%)*	5	4,8	5	6,7	17,8	26,1
População empregue no sector secundário (%)*	35,1	45,8	58,9	53,6	44,4	31,9
População empregue no sector terciário (%)*	59,9	49,5	36,1	37,7	37,7	42
Habilitações dos empregados por conta de outrem (N.º)	2.186.695	745.329	94.770	2.419	1.659	785
Inferior ao 1º ciclo do ensino básico (%)	1,38	1,23	1,51	1,57	0,42	2,80
1º ciclo do ensino básico (%)	22,02	24,39	31,87	42,50	33,57	34,78
2º ciclo do ensino básico (%)	20,46	26,00	33,78	27,61	39,72	20,00
3º ciclo do ensino básico (%)	21,92	20,85	17,17	14,43	13,08	17,07
Ensino secundário (%)	20,97	17,25	10,52	7,81	10,37	18,60
Bacharelato (%)	2,52	2,06	1,12	1,28	0,00	0,89
Licenciatura (%)	9,44	7,38	3,43	4,46	1,93	5,86
Mestrado (%)	0,49	0,42	0,26	0,00	0,00	0,00
Doutoramento (%)	0,10	0,11	0,19	0,00	0,00	0,00

TABELA 3 – INDICADORES RELATIVOS À ECONOMIA POR MUNICÍPIO, EM 2001* E 2007.

Fonte: adaptado de INE: Anuários Estatísticos Regionais, 2008; Recenseamento Geral da Habitação e da População, 2001

A juntar aos indicadores de exclusão referidos em termos económico-sociais, acrescem os indicadores negativos das redes infra-estruturais básicas. Em Cinfães salienta-se a baixa cobertura do sistema de abastecimento de água (22%), do sistema de drenagem das águas residuais (22%) e das estações de tratamento de águas residuais (21%). Em Baião, os sistemas de drenagem de águas residuais e as ETAR existentes também são insuficientes (19%). Resende, embora com uma maior percentagem de cobertura das redes de abastecimento e drenagem, também se encontra abaixo das médias nacional e regional (tabela 5).

Educação	Portugal	Região Norte	NUT III Tâmega	Baião	Cinfães	Resende
Taxa de pré-escolarização(%)	78,5	76,8	70,8	66,6	69,0	75,6
Taxa bruta de escolarização ensino básico(%)	118,0	115,6	113,5	112,6	123,6	129,3
Taxa bruta de escolarização ensino secundário(%)	102,3	92,0	63,2	52,8	55,2	80,1
Taxa de retenção e desistência no ensino básico(%)	10,1	9,7	10,5	13,0	13,5	10,1
Taxa de transição/ conclusão do ensino secundário(%)	75,2	76,9	75,9	75,5	74,9	80,1
Taxa de escolarização no ensino superior(%)	28,1	24,7	5,6	-	-	-
Taxa de abandono escolar (%)*	2,79	3,49	6,20	6,34	8,48	9,30
Taxa de analfabetismo (%)*	9,03	8,34	10,20	15,96	14,82	21,18

TABELA 4 – INDICADORES RELATIVOS À EDUCAÇÃO, POR MUNICÍPIO, EM 2001* E 2007.

Fonte: adaptado de INE: Anuários Estatísticos Regionais, 2008; Recenseamento Geral da Habitação e da População, 2001

Redes infra-estruturais	Portugal	Região Norte	NUT III Tâmega	Baião	Cinfães	Resende
Sistema público de abastecimento de água 2006 (%)	91	82	70	60	22	79
Sistema de drenagem de águas residuais 2006 (%)	76	66	40	19	22	54
Estações de tratamento de águas residuais 2006 (%)	70	64	35	19	21	58

TABELA 5 – INDICADORES RELATIVOS ÀS REDES INFRA-ESTRUTURAIS, POR MUNICÍPIO, EM 2006

Fonte: adaptado de INE: Anuários Estatísticos Regionais, 2008.

Estes indicadores estatísticos espelham vulnerabilidades múltiplas dificultando a criação de condições no sentido de alcançar o empreendedorismo, a produtividade, competitividade, sustentabilidade e coesão, tão necessários como essenciais no processo de desenvolvimento. A população desqualificada, sem formação e com baixo poder de compra não valoriza os próprios recursos

para retorno económico-social e cultural. Tal requer estratégias de mudança, de alteração de comportamentos, de hábitos, de mentalidades. Repensar práticas é uma exigência estratégica no processo de desenvolvimento.

Estratégias e políticas de desenvolvimento

Nos últimos anos, as políticas de desenvolvimento para o espaço rural assentam numa matriz territorial global, descolando das políticas sectoriais, excessivamente agarradas à agricultura. Demanda o desafio de mudança estratégica, de políticas de aposta na multifuncionalidade, de valorização das amenidades naturais, culturais e diversificação de uma economia capaz de obter retornos financeiros, de fixar população e actividades e apoiar a criação de redes e melhoria da qualidade de vida. A diversificação é agora um dos pilares de base das políticas comunitárias, desde que assente numa economia competitiva, numa sociedade mais equitativa e atractiva e num ambiente equilibrado. A multifuncionalidade constitui-se também como um importante desafio e oportunidade sobretudo por via da refuncionalização dos espaços, do reconhecimento e valorização de diversas formas de património material e imaterial e da procura de centralidades perdidas.

A consciência da multifuncionalidade, diferenciação, diversidade e integração dos espaços rurais compreende três funções básicas alimentícias: económica, conservação e manutenção do meio ambiente e da paisagem¹². Essas, devem-se traduzir num retorno financeiro indispensável à dinamização das economias locais¹³. Todo o processo de desenvolvimento sustentável implica o equilíbrio entre forças e a sua integração, envolvência, comunicação e participação activa (figura 3).

As vicissitudes dos espaços rurais devem ser exploradas, apreendidas e explanadas para que se possa caminhar na direcção de intervenções que assegurem a melhoria da qualidade de vida da população e a sua fixação. Tal supõe a identificação de recursos endógenos, susceptíveis de serem optimizados pela iniciativa e participação dos actores locais, em que terá um

12. CONSELHO DOS MINISTROS DA AGRICULTURA DA UE, 2003

13. MARQUES, H.; SILVA, A. (2009)



FIGURA 3 – ESQUEMA CONCEPTUAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

papel fundamental a interacção das redes e a acção educativa. Este novo modelo coloca necessariamente as populações como principais actores, a par do Estado e das instituições públicas¹⁴.

O PRODER¹⁵ e a estratégia nacional para o desenvolvimento rural apontam a qualificação do potencial humano local como uma das principais necessidades para a promoção da economia e da qualidade de vida, que deve ser encarada como uma etapa do processo de desenvolvimento. Deve ser orientada para o aumento do nível de instrução e das competências da população numa ligação directa ao aparecimento e desenvolvimento de iniciativas locais, numa tentativa de colmatar os ciclos viciosos de indicadores de exclusão, tendencialmente perenes e difíceis de inverter, numa NUT III com as características do Tâmega.

De salientar que o novo Programa de Desenvolvimento Rural aposta, além da agricultura, na patrimonialização dos recursos endógenos, na valorização turística dos espaços e noutras actividades inovadoras em meio rural.

14. FERRÃO e LOPES (2004)

15. PRODER (2007)

Reorganização da rede escolar e equidade socioeconómica e territorial: aposta na *governância escolar democrática*¹⁶ como estratégia

O desenvolvimento só se atinge a médio e longo prazo a partir da educação, de uma nova cultura de inovação e participação, de uma cidadania conhecedora, activa e empreendedora. A máxima dos quatro s(s) é fulcral no desenvolvimento dos currículos, o saber, conhecimento tácito e erudito; o saber ser e estar; o saber fazer e o saber viver, enquadrando-se no meio (figura 4).



FIGURA 4 – PILARES EDUCACIONAIS E DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO PARA O SÉCULO XXI, SEGUNDO A UNESCO

A partir da aplicação do currículo no 1º CEB ao meio podem-se incutir conhecimentos, erudição e reflexões nos alunos que os levem a saber pensar o espaço e as inter-relações que nele se estabelecem. No programa e orientações curriculares do 1º CEB na área de estudo do meio é referida aliás, a importância da aplicação prática dos conteúdos teóricos ao meio em que a criança coabita, o que se pode constituir como base de sustentação para o futuro desenvolvimento territorial, de promoção, descoberta e conhecimento do meio, da sua localização no espaço e no tempo e percepção das dinâmicas existentes entre o natural e o social.¹⁷

16. BACKMAN, Elisabeth, TRAFFORD, Bernard (2005)

17. Ministério da Educação

Para além disso, em meio rural como no urbano, embora com conteúdos e competências a desenvolver distintas, deve-se apostar na *governância escolar democrática*¹⁸ entre actores (autarquias, escolas, juntas de freguesia, associações locais, comunidade, alunos e professores). Territorialmente, devem-se mobilizar e facilitar formas de cooperação público-privadas.



FIGURA 5 - GOVERNÂNCIA ESCOLAR DEMOCRÁTICA

A robustez do processo de desenvolvimento territorial baseia-se na idoneidade colectiva, organização e valorização dos recursos por parte dos actores locais¹⁹.

A *governância escolar democrática* arrasta benefícios para o desenvolvimento, na medida em que promove a abertura, participação, disciplina, aprendizagem, comunicação, cooperação, envolvimento, competitividade, reduzindo os conflitos e alicerçando a existência de uma democracia sustentável. A política educativa não mais pode atribuir à escola um papel de passividade, antes de actor central no processo de desenvolvimento. É a partir da escola que se adquirem competências capazes de satisfazer as necessidades económicas e o desafio da coesão social. Neste sentido tem-se atribuído mais autonomia às escolas na tomada de decisões.

18. BACKMAN, Elisabeth, TRAFFORD, Bernard (2005)

19. FERMINSSON (2005)

AMIGUINHO²⁰ refere que o reordenamento da rede escolar só tem fundamento se os projectos educativos forem adequadas às matrizes socio-culturais em que se territorializam, beneficiando a *promoção dos valores locais e das raízes, a reconstrução de identidades sócio-pessoais e locais, a produção de sociabilidades e o equacionamento e solução de problemas comuns*. São aqui fundamentais as cartas educativas, que têm como intuito racionalizar, planear e redimensionar recursos de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo, procurando-se diminuir as assimetrias inter e intra-regionais, promover o desenvolvimento económico, urbanístico e sociocultural de forma coesa, otimizando sempre os recursos endógenos, materiais e imateriais, de determinada região²¹ e promovendo a equidade.

Um dos principais problemas de Baião, Cinfães e Resende é o fraco empreendedorismo, inter-relacionado com as baixas qualificações, as baixas expectativas face à escola, a falta de reconhecimento da população perante a escola como veículo de formação para a vida, principalmente de alguns ciclos. Assim, repensar as práticas da escola urge como fundamental para a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento, territorializando os saberes e aplicando-os ao meio.

Rede escolar e inclusão social nos municípios de Baião, Cinfães e Resende

Nos últimos anos, a educação e o conhecimento consolidaram-se como paradigmas de desenvolvimento. Na Europa, e em Portugal em particular, o conhecimento é visto como o motor de uma economia competitiva, inovadora e dinâmica, capaz de assegurar o aumento da coesão social e territorial, bem como uma maior sustentabilidade dos processos. Neste contexto, as opções políticas e estratégias de ordenamento da rede educativa adquirem uma dimensão e importância acrescida, que importa analisar.

A análise das cartas educativas dos municípios de Baião, Cinfães e Resende permite identificar alguns princípios valorizados neste processo.

20. Amiguinho, Abílio (2005)

21. MARQUES e SILVA (2009)

Destacam-se os valores de negociação, abertura e participação, já que a intervenção num domínio tão sensível e importante como a educação deve considerar os diversos parceiros sociais dos sectores económicos, administrativos, educacionais e culturais, procurando a concertação de interesses, de forma a permitir uma intervenção sequencial, integrada e complementar em todas as escalas e servindo todos os cidadãos.

Neste sentido, Baião propõe-se a expandir a educação pré-escolar e a reordenar a rede escolar do primeiro ciclo do ensino básico, já que a tendência para o encerramento de escolas impunha uma intervenção no sentido de *“melhor gerir os recursos existentes, com o intuito de oferecer qualidade de ensino, e aumentar a frequência escolar, combatendo o abandono e o insucesso escolares”*.²²

O município de Cinfães, aponta para a necessidade de desenvolver uma acção concertada e estratégica que promova o *“aumento da qualidade educativa concelhia”,* otimizando a *“utilização dos recursos consagrados à educação”* e criando condições para o aumento da qualidade das aprendizagens” de forma a *“orientar a expansão do sistema educativo no Concelho de acordo com o desenvolvimento económico e sócio-cultural”*.²³

Resende propõe-se a requalificar o seu parque escolar *“procurando a melhoria das condições de vivência escolar”* de forma a assegurar a *“rentabilização dos meios e recursos disponíveis”,* a *“diminuição do isolamento”* e a *“socialização e interacção dos professores e alunos”*. Mais, a modernização dos equipamentos educativos existentes e a instalação de novos são vistos como *“pólos geradores de actividades económicas (...) e de fixação da população”*.²⁴

Desta forma, a intervenção de reajustamento da rede educativa municipal em curso, faz-se de forma a garantir o acesso de todas as crianças e alunos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, superando situações de isolamento e de quebra de inserção sócio-educativa, prevenindo a exclusão social. Estes objectivos operacionais, e a necessidade de combater problemas de desenvolvimento associados à desqualificação da população, fragilidade da economia e ausência de emprego e empreendedorismo, estiveram na base das intervenções dos últimos 4/5 anos,

22. CÂMARA MUNICIPAL DE BAIÃO (2006), Carta Educativa de Baião, pp. 16

23. CÂMARA MUNICIPAL DE CINFÃES (2006)

24. CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE (2005), Carta Educativa de Resende, pp.67

que transformaram a estrutura e a organização do parque escolar do Tâmega e dos três municípios em análise, em particular.

Com efeito, através da análise das figuras 6 e 7 verificamos que o reordenamento da rede escolar passou essencialmente por uma intervenção nos estabelecimentos do primeiro ciclo do ensino básico, base da educação e primeira barreira de socialização da criança.²⁵

Conjuntos de paisagem, rede viária e parque escolar nos municípios de Baião, Cinfães e Resende (2006)

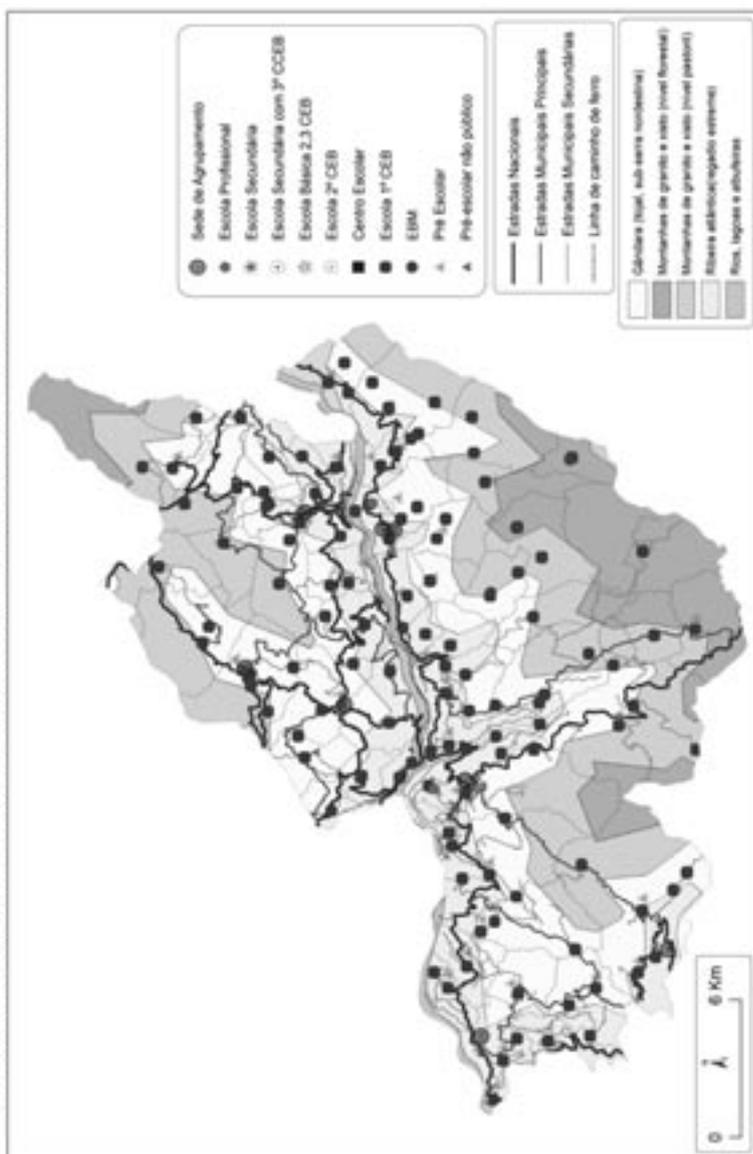


FIGURA 6 – CONJUNTOS DE PAISAGEM, REDE VIÁRIA E PARQUE ESCOLAR NOS MUNICÍPIOS DE BAIÃO, CINFÃES E RESENDE, EM 2006

Fonte: Câmaras Municipais de Baião, Cinfães e Resende

Conjuntos de paisagem, rede viária e parque escolar nos municípios de Baião, Cinfães e Resende (2010)

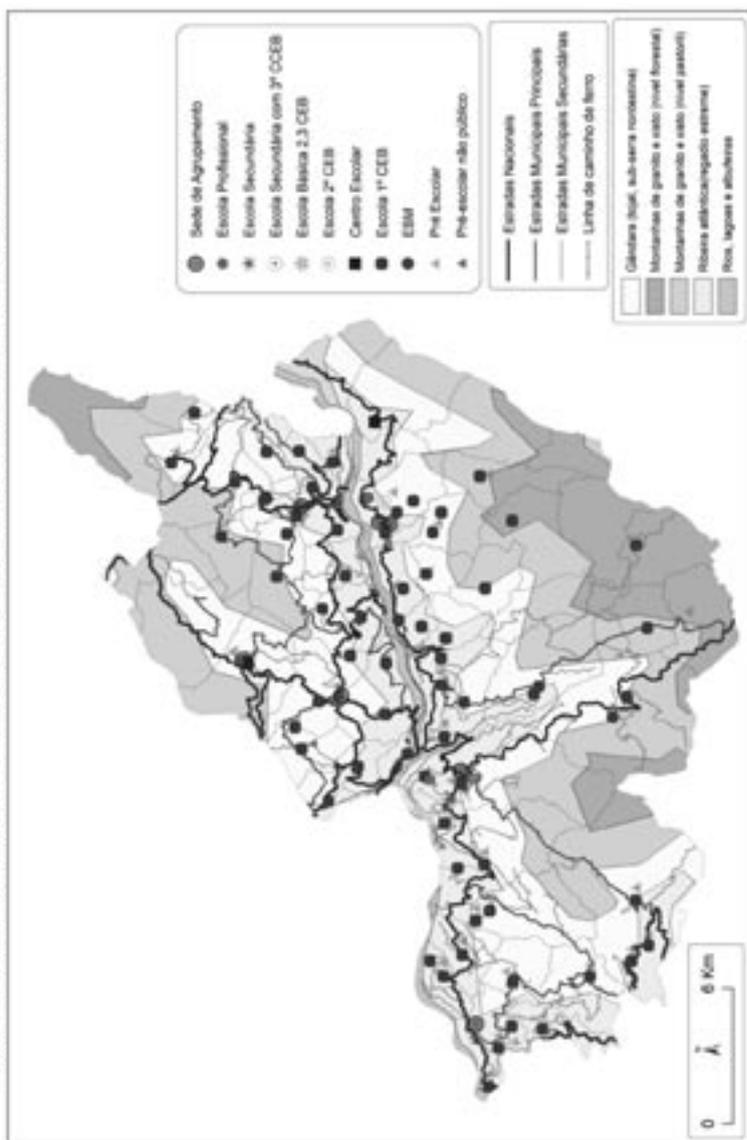


FIGURA 7 – CONJUNTOS DE PAISAGEM, REDE VIÁRIA E PARQUE ESCOLAR NOS MUNICÍPIOS DE BAIÃO, CINFÃES E RESENDE, EM 2010

Fonte: Câmaras Municipais de Baião, Cinfães e Resende

Conseguimo-nos aperceber claramente das transformações, dado que muitas das escolas primárias existentes encerraram, em favor da criação de Centros Escolares. De referir que os Centros Escolares são considerados como elementos fundamentais para o sucesso da requalificação da rede escolar e como essenciais para “*garantir a igualdade de oportunidade de acesso a espaços educativos de dimensão e recursos adequados ao sucesso educativo*”²⁶.

Através da análise dos mapas, observámos uma maior concentração de escolas no território contíguo ao vale do rio Douro, designado de Ribeira Atlântica. Este território é o mais densamente povoado, possuindo uma malha mais densa de rede viária, uma maior facilidade de transporte, um relevo menos acidentado e solo mais fértil para a prática da agricultura, que foi em tempos factor para a fixação da população. É uma região de paisagem mais atractiva e jovem no que diz respeito às dinâmicas de evolução da população, verificando-se por isso variações positivas. É aqui que, naturalmente, se regista a maior concentração dos equipamentos escolares. À medida que nos afastámos desta área para a montanha, deparamo-nos com uma diminuição correlativa de todos os indicadores referidos, sendo que actualmente há freguesias, nas Serras do Montemuro, Meadas, Marão e Aboboreira sem escola do 1º CEB e a projecção é para que estas desapareçam. Nota ainda para a extinção das escolas básicas mediterrâneas em Resende e para a conclusão de dois centros escolares – em São Martinho de Mouros e Campelo, aqui fora da Ribeira Atlântica, o que se justifica pela localização da sede do concelho.

A escola como pilar de desenvolvimento de um território, espaço de cultura, de comunicação e educação deve sobrepor os seus portões para a comunidade em geral, com um espírito de abertura e participação. Não se pretende, com o reordenamento da rede escolar a morte das aldeias já deprimidas, antes, a sua revitalização através da promoção de outras actividades/objectivos. Têm de existir parcerias numa política de governância e articulação.

A título de exemplo, os Centros Escolares do município de Cinfães são disponibilizados durante a noite aos Cursos EFA das Novas Oportunidades. Apostar nas qualificações e sensibilização dos adultos, pais, para chegar às crianças e jovens continua e sistematicamente uma mensagem positiva face

26. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: *Programa Nacional de Requalificação da Rede do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar*

ao saber, é essencial para a diminuição do abandono escolar e alteração de mentalidades. Para tal a Câmara Municipal promove ainda vários cursos de educação parental nas diversas freguesias.

Os Centros Escolares devem responder às necessidades da educação de hoje, dotar o ser humano de afectividade com o meio e com a comunidade, de conhecimento e de mútua protecção e desenvolvimento. Para tal, em muito contribuem as actividades extra-curriculares (AEC) e os prolongamentos de horário. Nestes tempos desenvolvem-se actividades diversificadas e distintas das orientações curriculares do 1º ciclo do Ensino Básico. Surgem acções directamente ligadas ao meio onde as crianças se inserem e aos recursos endógenos naturais e humanos. Exemplo disso é a elaboração anual de uma agenda escolar “Cinfas” desde 2006, dedicada ao concelho. No presente ano lectivo (2009/2010) a agenda é subordinada ao tema do artesanato e contém informação turística e de divulgação histórico-cultural sobre os pontos de interesse de cada freguesia. Também se têm realizado actividades no âmbito da transmissão de saberes ancestrais (ex: prática agrícola, artesanato; cestaria), com acções de formação nas escolas, assim como de preservação ambiental, em parceria com a Associação de Defesa do Vale do Bestança, rio exclusivamente cinfanense. Outras actividades, como um passeio anual de Barco no Douro, têm sempre o intuito de dar a conhecer e valorizar as virtualidades territoriais. É importante salientar que os centros escolares dispõem de uma biblioteca e espaços desportivos abertos à comunidade, de uma sala específica para os encarregados de educação e associação de pais.²⁷

À luz das cartas educativas analisadas, entrevistas efectuadas e dos princípios que regem a reorganização da rede escolar, esta mudança requalificou o parque escolar, criaram-se equipamentos desportivos, além de novas condições de salubridade, segurança, conforto e bem-estar. Mobilizaram-se recursos e infra-estruturas de apoio em rede com a actual sociedade da informação, melhorando as ofertas formativas, elevando a taxa de ensino pré-escolar para 100%, procurando igualmente responder às necessidades dos alunos com necessidades educativas especiais. Para além disso, os transportes

27. Informação recolhida em entrevistas com Fátima Sousa (Vereadora do Pelouro da Educação, Saúde e Assuntos Sociais da Câmara Municipal de Cinfães e a Jorge Ventura, Presidente da Associação de Defesa do Vale do Bestança, a 12 de Novembro de 2009 e 9 de Setembro de 2009, respectivamente).

são assegurados aos alunos do 1º, 2º, 3º CEB e Ensino Secundário, quando residam a mais de 3/4 km.²⁸

Os cursos tecnológicos ligados ao turismo, à hotelaria e restauração são também fulcrais para uma oferta à procura de qualidade, qualificada e potenciadora de inovação/criação no âmbito da identidade, preservação, herança, memória e cultura da moldura turismo Douro Verde como fileira estratégica singular. Para tal é indispensável no caso dos concelhos em análise, a existência de uma Escola Profissional de Hotelaria e Turismo em Cinfães, um Pólo de Formação Profissional em Resende e de um Centro de Formação de Associação de Escolas de Amarante e Baião, para além da escola pública desde o 1º CEB ao ensino secundário, que também conta com cursos na área do turismo, passível de potenciar esta fileira.²⁹

Conclusão

A base sólida de qualquer processo sustentável de desenvolvimento é o conhecimento. Este existe de forma tácita no quotidiano mas adquire-se ao longo da vida eruditamente a partir da educação, da escola e da formação. A NUT III Tâmega revela-se como uma dorsal problema, manifestando claros indicadores de atraso face à região Norte e ao país, com uma estrutura urbana frágil, um povoamento disperso e heterogeneidade paisagística, sendo uma área de transição entre a A.M.P e o interior. O notório handicap para a superação dos problemas reside precisamente nas baixas qualificações escolares dos mais jovens e profissionais da população activa. Logo, este território, não tem conseguido fixar o valor acrescentado, nem progredido para actividades de maior importância. Assim se explica o crescente subemprego e desemprego e outros indicadores de exclusão social que têm vindo a emergir e crescer. O Tâmega é então marcado por problemas de coesão territorial, social e económica, sendo tanto mais evidentes à medida que caminhamos para o Interior (exemplos de Baião, Cinfães e Resende).

28. MARQUES, SILVA (2009)

29. SILVA (2010)

A ligação entre rede escolar e desenvolvimento, assim como educação e desenvolvimento são prementes para que se atinjam os objectivos da coesão sustentável, da intensificação tecnológica da base produtiva regional, da competitividade, qualificação/formação e inclusão social e territorial.³⁰

A inter-relação Rede Escolar/Desenvolvimento do Território é decisiva na medida em que permite por um lado a mobilidade, a criação e diversificação de actividades económicas, o cruzamento com redes de infra-estruturas de apoio, o desenvolvimento de postos de trabalho e a fixação da população e por outro, a identificação da população com o espaço, o conhecimento erudito, o das vivências quotidianas e o aproveitamento dos recursos endógenos. Em suma, o que se pretende é um desenvolvimento baseado nos desafios da sustentabilidade, da educação, da globalização, da conexão das redes e da coesão.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo (2001), *Ruralidade e desenvolvimento territorial*, in *Gazeta Mercantil* – 15/04/01 – p. A 3.
- Amiguiño, Abílio (2005): *Educação em meio rural e desenvolvimento*; Revista Portuguesa de Educação, Universidade do Minho
- BACKMAN, Elisabeth, TRAFFORD, Bernard (2005): *Democratic Governance of Schools*; Council of Europe
- CÂMARA MUNICIPAL DE BAIÃO (2006): Carta Educativa do concelho de Baião
- CÂMARA MUNICIPAL DE CINFÃES (2006): Carta Educativa do concelho de Cinfães
- CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE (2005): Carta Educativa do concelho de Resende
- CCDRN (2006) - Norte 2015: Competitividade e Desenvolvimento - Uma Visão Estratégica
- CCDRN (2009): *Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte* (Modelo Territorial)
- CEDRU (2008) Programa de Acção Intermunicipal de Serviços Colectivos de Proximidade 2007-2010 Tâmega, Relatório Final Preliminar
- Conferência permanente dos Ministros da Educação Europeus, 21ª sessão, Atenas, Grécia, 10-12 de Novembro de 2003*
- COVAS, António (2002): *A delimitação de uma amenidade rural. Exemplo de estratégia local de cooperação institucional*; Revista da Faculdade de Letras – Geografia I Série

30. Norte 2015 (2006)

- DOLMEN (Abril de 2009): Candidatura- Reconhecimento Formal como Estratégia de Eficiência Colectiva, Paisagens Milenares no Douro Verde, PROVERE
- FERRISSON, J. (2005). *Das Estratégias dos Actores à Estratégia do Território – O Papel dos Actores Locais de Governância Face ao Processo de Mundialização*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- INE (2001) – Censos 2001 – *Resultados Definitivos*; INE
- INE (2003): *Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População 2002 - Região Norte*
- INE (2008) – Anuário Estatístico da Região Norte; INE
- INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (2009): Desemprego Registado por *Concelho: Estatísticas Mensais*; IEFP
- JOLLIVET, Marcel (1997) *Vers un rural postindustriel. Rural et environnement dans huit pays européens*, Paris, L'Harmattan
- MARQUES, H. (2008): *Porquê (e razões) para a mitificação do campo*; VII CIER – Cultura, Inovação e Território
- MARQUES, H.; SILVA, Â. (2009): *Desenvolvimento Rural: Novos Desafios e Novas Oportunidades*; Actas do VII Congresso da Geografia Portuguesa (no prelo)
- Ministério da Educação: *Curriculum Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais*
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: *Programa Nacional de Requalificação da Rede do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar*
- O'FLANAGAN, Patrick (2002): *A Classificação das áreas rurais*. Que valor?; Revista da Faculdade de Letras – Geografia I Série
- PARDAL, Sidónio (2002): *Planeamento do Espaço Rústico*; Associação Nacional dos Municípios Portugueses; Universidade Técnica de Lisboa; ADISA; CESUR
- PRODER (2007), *Programa de Desenvolvimento Rural, 2007-2013*, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
- Quartenaire Portugal (2008): *Nas margens do Tâmega: Mercado de Trabalho, Pobreza e Exclusão: interações e intervenções*; Edição REAPN
- SILVA, Â. (2010): Turismo, Património e Desenvolvimento Rural no Baixo Tâmega, IV Congresso de Estudos Rurais.
- UNESCO (2005): Education for Human Development, Brasília; UNESCO Instituto Ayrton Senna, Junho
- United Nation Development Programme (2008). Capacity, Development: Empowering People and Institutions, Relatório Annual
- VITORINO, Nuno; FEIO, Paulo A.; DIMAS, Bruno (coordenadores) (2004): *Desenvolvimento e Ruralidade em Portugal – uma Análise Empírica*, GPPAA (Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar), Lisboa